

PORTUGAL AOS 40: PERCEÇÕES SOBRE O ALARGAMENTO EUROPEU EM RETROSPECTIVA

Catherine E. De Vries



Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 7.º piso
1099-081 Lisboa
ffms@ffms.pt

Diretor de publicações: António Araújo
Coordenador da equipa de estudos: Carlos Jalali
Título: Portugal aos 40: Perceções sobre o alargamento europeu
em retrospectiva
Autora: Catherine E. De Vries
Revisão de texto: Goodspell
Design e paginação: Guidesign

© Fundação Francisco Manuel dos Santos e Catherine E. De Vries
Outubro de 2026

Depósito legal n.º 571793/26
ISBN: 978-989-9270-21-3

As opiniões expressas nesta publicação são da responsabilidade dos seus autores e não são imputáveis à Fundação Francisco Manuel dos Santos nem às instituições em que estão filiados. A permissão para reproduzir, no todo ou em parte, o conteúdo deve ser solicitada aos autores e à editora.

Portugal aos 40: perceções sobre o alargamento europeu em retrospectiva

Catherine E. De Vries

ÍNDICE

5	Introdução: 40 anos depois da adesão de Portugal
7	Que fatores afetam a opinião pública sobre o alargamento da UE?
10	Dados e metodologia
12	Atitudes em relação ao alargamento da UE
17	Avaliação da adesão de Portugal numa perspetiva europeia
22	Avaliações da adesão do país dos inquiridos
28	Discussão dos resultados
30	Conclusão: um alargamento bem-sucedido, embora não o mais marcante

INTRODUÇÃO: 40 ANOS DEPOIS DA ADESÃO DE PORTUGAL

Em 1986, Portugal aderiu às Comunidades Europeias, juntamente com a Espanha, assinando um passo decisivo na sua transição para a democracia e na sua integração naquilo a que hoje se chama União Europeia. Quarenta anos depois, a

adesão de Portugal é amplamente considerada como um dos alargamentos mais bem-sucedidos da história da integração europeia. Ao longo das últimas décadas, Portugal passou por uma profunda transformação política, económica e social, consolidando a sua democracia e melhorando significativamente os seus níveis de vida, a sua economia e as suas infraestruturas.

Os efeitos económicos da integração têm sido especialmente notáveis. Nas primeiras décadas após a adesão, Portugal registou um crescimento consistente, com o PIB a duplicar em termos reais e o poder de compra a aumentar significativamente

Quarenta anos depois, a adesão de Portugal é amplamente considerada como um dos alargamentos mais bem-sucedidos da história da integração europeia.

em relação à média europeia (Instituto Nacional de Estatística 2016). A entrada maciça de fundos europeus permitiu financiar a modernização das infraestruturas, da educação e da prestação de serviços públicos, contribuindo para trans-

formar aquela que fora uma das economias menos desenvolvidas da Europa num Estado-membro cada vez mais convergente e voltado para o exterior (Comissão Europeia 2024).

Além da economia, a adesão desempenhou também um papel fundamental para a estabilização da jovem democracia portuguesa e para a sua integração num quadro político e institucional europeu mais alargado. Tal como acontece em relação à Espanha, é amplamente aceite que a adesão à UE reforçou a consolidação democrática portuguesa e a sua integração na cena mundial, depois de décadas sob um regime autoritário (Royo 2007).

O 40.º aniversário da adesão de Portugal surge num momento em que o alargamento voltou a ocupar o centro da agenda política europeia. A guerra da Rússia contra a Ucrânia, as dinâmicas geopolíticas em mudança e os novos debates sobre o papel da União Europeia no mundo reacenderam as discussões sobre um futuro alargamento adicional a países como a Ucrânia, a Moldávia e os Balcãs Ocidentais (Scicluna 2025). Outrora visto como um processo técnico, este alargamento é hoje considerado uma escolha estratégica e política que determinará o futuro da Europa (Comissão Europeia 2024).

No entanto, embora a adesão de Portugal seja muitas vezes descrita como uma história de sucesso, sabe-se muito pouco sobre a forma como esse sucesso é atualmente percecionado na Europa. Será que os cidadãos europeus de outros Estados-membros consideram que a adesão de Portugal foi benéfica, quer para o próprio país, quer para a União Europeia no seu conjunto? Como é que a adesão de Portugal se compara, aos olhos dos cidadãos europeus, com outras fases de alargamento? E em que medida estas perceções variam entre as várias gerações?

O presente relatório responde a estas questões, utilizando os dados dos inquéritos realizados nos Esta-

dos-membros da UE no âmbito do projeto «eupinions», uma iniciativa de recolha de dados da Fundação Bertelsmann, em parceria com a Fundação Francisco Manuel dos Santos (para mais informações, consulte www.eupinions.eu). O relatório divide-se em três partes. Na primeira parte, são analisadas as atitudes gerais em relação ao alargamento da UE. Na segunda, analisa-se a forma como os europeus avaliam os efeitos da adesão de Portugal, tanto para o país como para a União Europeia. Na terceira, explora-se a forma como os cidadãos avaliam a experiência de adesão do seu próprio país.

Ao associar as avaliações retrospectivas dos alargamentos passados aos debates atuais sobre a futura expansão, o relatório permite compreender melhor o grau de apoio dos cidadãos ao alargamento da UE. Numa época em que a União Europeia pondera os seus próximos passos, as perceções do público sobre os alargamentos anteriores, como o de Portugal, podem desempenhar um papel essencial para definir a trajetória da integração europeia.

O relatório começa por fazer uma revisão da literatura académica dedicada às atitudes face ao alargamento da União Europeia. Posteriormente, explica os dados e a metodologia utilizados. Em seguida, avalia a adesão à UE em geral e a adesão de Portugal

em particular, com enfoque na forma como os europeus percebem os seus efeitos, tanto para o país como para a União Europeia em geral. Por fim, o relatório analisa o modo como os cidadãos avaliam a experiência de adesão do seu próprio país. Em

conjunto, estes diferentes ângulos proporcionam uma visão panorâmica da forma como as rondas de alargamento anteriores são encaradas em toda a Europa e de como estas perspectivas podem condicionar o apoio a futuros alargamentos adicionais.

QUE FATORES AFETAM A OPINIÃO PÚBLICA SOBRE O ALARGAMENTO DA UE?

As atitudes do público em relação ao alargamento da União Europeia têm sido amplamente estudadas na literatura sobre a integração europeia (para uma visão geral, ver De Vries 2018, Hobolt 2016 e Hobolt e De Vries 2016). Estes trabalhos sugerem que as opiniões dos cidadãos sobre o alargamento são condicionadas por uma combinação de fatores materiais, considerações políticas e preocupações relacionadas com a identidade. É importante referir que estas atitudes não se formam isoladamente; pelo contrário, são muitas vezes influenciadas pelo discurso das elites e pelas experiências com as rondas de alargamento anteriores (De Vries e Edwards 2009, Doyle e Fidrmuc 2006).

Numa primeira vertente, as investigações realçam o papel dos fatores de ponderação materiais (Anderson e Reichert 1995, Gabel 2009, Gabel e Palmer 1995, Tucker *et al.* 2002). Os indivíduos tendem a avaliar a integração europeia, incluindo o alargamento, com base nos custos e benefícios percebidos, nomeadamente os seus efeitos no mercado de trabalho, nos sistemas de segurança social e no crescimento económico. Apesar de o alargamento ser apoiado quando está associado à expansão do mercado e a uma maior prosperidade, as preocupações com a redistribuição, a concorrência ou as transferências fiscais podem minar esse apoio. Estes estudos têm demonstrado consistentemente que

os indivíduos que vivem em situações de maior segurança económica são, em média, mais favoráveis ao alargamento, enquanto aqueles que se sentem economicamente vulneráveis são tendencialmente mais céticos (ver, por exemplo, Gabel 2009, McLaren 2002).

Uma segunda linha explicativa destaca os fatores políticos. Segundo esta perspetiva, os cidadãos avaliam o alargamento em função das suas consequências para o funcionamento da União Europeia (Rohrschneider 2002). O alargamento pode ser encarado como um reforço da influência geopolítica da UE e da sua capacidade para promover a estabilidade e a democracia nas regiões vizinhas. Ao mesmo tempo, pode suscitar preocupações quanto à eficiência do processo de tomada de decisões, à complexidade institucional e à capacidade da União para absorver novos membros. A investigação demonstrou que as preocupações com a «capacidade de absorção» desempenham um papel importante na formação da opinião pública, em especial nos Estados-membros mais antigos (Toshkov *et al.* 2014).

Uma terceira vertente explorada nos estudos académicos centra-se na relação entre as preocupações com a identidade e as atitudes em relação a uma maior integração europeia

(Carey 2002, Hooghe e Marks 2005, McLaren 2002). Os indivíduos que se identificam mais fortemente com a Europa e que têm uma visão positiva da integração em geral tendem também a apoiar mais intensamente o alargamento futuro (Nissen 2003). Por outro lado, aqueles que valorizam mais exclusivamente a identidade nacional ou com níveis mais elevados de euroceticismo tendem a opor-se a uma maior expansão (De Vries e Edwards 2009). Neste sentido, o alargamento não é apenas uma questão com implicações materiais ou políticas, envolvendo também aspetos simbólicos ligados a sentimentos de pertença, às fronteiras e à futura configuração do projeto europeu.

Os estudos mais recentes destacam a importância das avaliações retrospectivas dos alargamentos anteriores. Ao formarem opiniões sobre a integração europeia e, por extensão, sobre o futuro alargamento, os cidadãos podem tomar por referência as rondas de adesão anteriores (De Vries 2018). Se forem percecionados como bem-sucedidos, trazendo convergência económica, estabilidade política e benefícios mútuos, os alargamentos anteriores podem contribuir para aumentar o apoio aos novos alargamentos (Timus 2006). Por outro lado, se os alargamentos passados forem asso-

ciados a resultados negativos, tais como dificuldades económicas ou tensões políticas, podem gerar ceticismo em relação a novas adesões.

A este respeito, o alargamento a sul, em 1986, incluindo a adesão de Portugal, reveste-se de particular interesse. Em grande parte da literatura académica e política,

Portugal é considerado um caso de sucesso de consolidação democrática e de recuperação económica no seio da União Europeia (ver Pridham

1991). No entanto, continua por saber até que ponto esta avaliação positiva é partilhada pelos cidadãos europeus. Os cidadãos de cada Estado-membro podem avaliar os resultados da adesão de Portugal de forma diferente, consoante o seu contexto nacional, as experiências geracionais e as atitudes mais gerais em relação à integração europeia.

[...] continua por saber até que ponto esta avaliação positiva é partilhada pelos cidadãos europeus.

Com base nestas observações, o presente relatório parte de três pressupostos. Em primeiro lugar, espera-se que as atitudes genéricas em relação ao alargamento da UE sejam maioritariamente positivas, podendo variar entre grupos sociodemográficos, sobretudo em função da idade, uma

vez que as faixas etárias mais jovens têm menos experiência direta da adesão. Em segundo lugar, é provável que a adesão de Portugal seja avaliada favoravelmente, tendo em conta os resultados económicos, sociais e

políticos globalmente positivos que o país conseguiu alcançar desde 1986. Em terceiro lugar, espera-se que as avaliações retrospectivas das experiências de adesão dos próprios países dos cidadãos sejam predominantemente positivas, refletindo os benefícios a longo prazo associados à adesão à UE.

DADOS E METODOLOGIA

O relatório conjuga as atitudes gerais em relação ao alargamento da UE com avaliações específicas relativas às experiências de adesão anteriores, procurando esclarecer de que forma os percursos históricos do alargamento condicionam a opinião pública contemporânea e, em última análise, as perspetivas de expansão futura. Baseia-se nos dados dos inquéritos realizados no âmbito do projeto «eupinions». Mais concretamente, apresenta as evidências resultantes da análise de um inquérito realizado em dezembro de 2025, no qual foram questionados mais de 17 000 cidadãos da UE. Os dados são representativos da UE no seu conjunto, bem como da Bélgica, de França, da Alemanha, de Itália, dos Países Baixos, da Polónia, de Portugal e de Espanha. A análise centra-se nas atitudes dos cidadãos em relação ao alargamento da União Europeia e nas suas avaliações retrospectivas das experiências de adesão anteriores. Para captar estas dimensões, pediu-se aos inquiridos que respondessem a uma série de perguntas que abordavam tanto as perceções gerais sobre o alargamento como as avaliações específicas das rondas de adesão anteriores.

Em primeiro lugar, solicitou-se aos inquiridos que avaliassem as diferentes fases de alargamento da UE, indicando quais os alargamentos que, na sua opinião, tiveram um impacto positivo na União Europeia. Isto permite fazer uma avaliação comparativa da forma como as diferentes rondas de adesão, incluindo o alargamento de 1986 que incluiu Portugal e Espanha, são percecionadas nos diferentes países e entre cada grupo demográfico. Mais concretamente, o relatório baseia-se nas respostas à seguinte pergunta:

1. A UE começou com 6 países e cresceu para 28. Qual dos seguintes alargamentos considera que teve um impacto positivo na UE?
 - 1973: Dinamarca, Irlanda, Reino Unido
 - 1981: Grécia
 - 1986: Portugal, Espanha
 - 1995: Áustria, Finlândia, Suécia
 - 2004: República Checa, Estónia, Chipre, Letónia, Lituânia, Hungria, Malta, Polónia, Eslováquia, Eslovénia
 - 2007: Roménia, Bulgária
 - 2013: Croácia
 - Nenhum dos anteriores

Os inquiridos podiam selecionar todas as opções de resposta que quisessem.

Em segundo lugar, o inquérito apresentou um conjunto de perguntas centradas especificamente na adesão de Portugal. Foi perguntado aos inquiridos se consideravam que a adesão de Portugal à UE teve um impacto positivo ou negativo na União Europeia, bem como no seu próprio país. As respostas a estas perguntas permitem compreender de que forma o caso específico de alargamento a Portugal é avaliado de fora. Concretamente, as perguntas foram as seguintes:

1. Considera que a adesão de Portugal à UE teve um impacto positivo ou negativo na UE?
2. Considera que a adesão de Portugal à UE teve um impacto positivo ou negativo no seu país?
 - muito negativo
 - maioritariamente negativo
 - muito positivo
 - maioritariamente positivo

As respostas «maioritariamente positivo» e «muito positivo» foram classificadas como positivas, enquanto as respostas «maioritariamente negativo» e «muito negativo» foram classificadas como negativas.

Em terceiro lugar, pediu-se aos inquiridos que avaliassem o impacto da adesão do seu próprio país à UE. Estas avaliações abrangem três dimen-

sões: o impacto na União Europeia, o impacto na democracia no país do inquirido e o impacto na economia nacional. É assim possível comparar as atitudes gerais em relação ao alargamento e as avaliações retrospectivas de experiências nacionais concretas. Para efeitos do presente relatório, foram consideradas as respostas às seguintes três perguntas:

1. Considera que a adesão do seu país à UE teve um impacto positivo ou negativo na UE?
2. Considera que a adesão do seu país à UE teve um impacto positivo ou negativo na economia do seu país?
3. Considera que a adesão do seu país à UE teve um impacto positivo ou negativo na democracia no seu país?
 - muito negativo
 - maioritariamente negativo
 - muito positivo
 - maioritariamente positivo

As respostas « maioritariamente positivo» e «muito positivo» foram classificadas como positivas, enquanto as respostas « maioritariamente negativo» e «muito negativo» foram classificadas como negativas.

Todos os resultados foram analisados quer agregadamente, quer por faixas etárias (18-25, 26-35, 36-45, 46-55 e 56-69), permitindo analisar as diferenças geracionais nas atitudes em relação ao alargamento. Ao

conjugar perspetivas transnacionais e geracionais, a análise fornece uma visão panorâmica da forma como

os cidadãos europeus percecionam os processos de alargamento anteriores e as suas consequências.

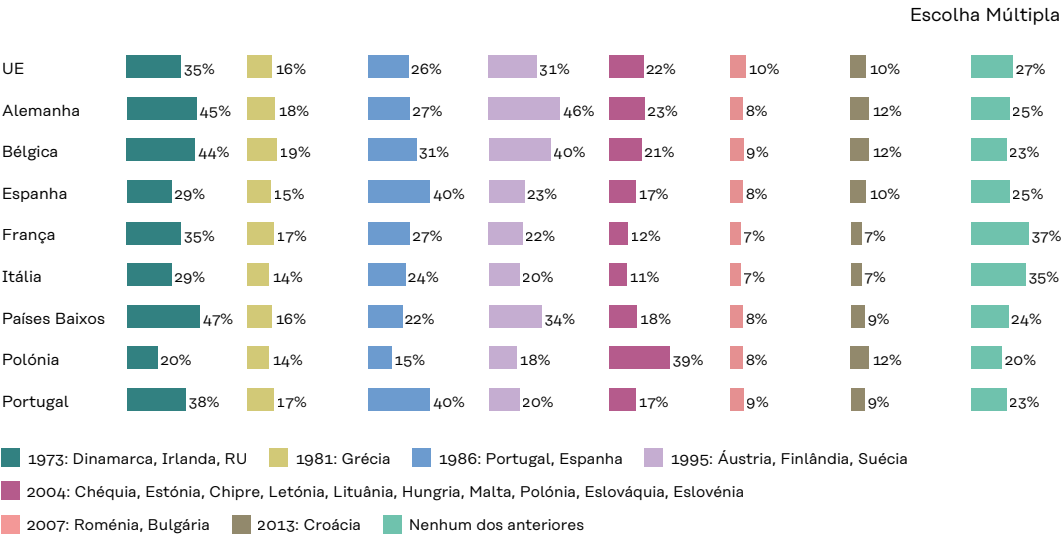
ATITUDES EM RELAÇÃO AO ALARGAMENTO DA UE

O relatório começa por se debruçar sobre a forma como os cidadãos europeus avaliam as diferentes fases de alargamento da UE. Em vez de questionar o alargamento em termos gerais, a pergunta capta as perceções sobre cada ronda específica de adesão, proporcionando assim um

retrato matizado da forma como os alargamentos anteriores são avaliados. Os inquiridos podiam selecionar todas as opções de resposta que quisessem, pelo que a soma das categorias de resposta não perfaz 100. A figura 1 apresenta os resultados descritivos das respostas.

Figura 1: Apoio às rondas de adesão à UE

A UE começou com 6 países e cresceu para 28. Qual dos seguintes alargamentos considera que teve um impacto positivo na UE?



Entre as várias rondas de adesão, o primeiro alargamento, ocorrido em 1973, que integrou a Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido nas Comunidades Europeias, é o mais frequentemente considerado como tendo tido um impacto positivo na UE, com 35% dos inquiridos a selecionarem as opções positivas. Segue-se o alargamento de 1995 (Áustria, Finlândia e Suécia), que é encarado de forma positiva por 31% dos inquiridos, e o alargamento de 1986 (Portugal e Espanha), avaliado positivamente por 26% dos respondentes.

Em contrapartida, os alargamentos posteriores reúnem menos apoio. O alargamento de 2004, que integrou vários países da Europa Central e Oriental, é positivamente mencionado por 22% dos inquiridos, enquanto os alargamentos de 2007 (Roménia e Bulgária) e de 2013 (Croácia) são positivamente selecionados, cada um, por apenas cerca de 10%. É de realçar que mais de um quarto dos inquiridos (27%) indicam que nenhum dos alargamentos teve um impacto positivo na UE, o que sugere um grau significativo de ceticismo na opinião pública europeia.

Uma análise mais detalhada dos padrões de resposta a nível nacional revela variações importantes. Em vários países da Europa Ocidental e do Norte, como a Alemanha (45%),

os Países Baixos (47%) e a Bélgica (44%), o alargamento de 1973 é particularmente valorizado. Da mesma forma, o alargamento de 1995 recebe forte apoio nestes países, especialmente na Alemanha (46%) e na Bélgica (40%). Estes padrões sugerem que os alargamentos que envolvem países economicamente avançados e institucionalmente estáveis são percebidos de forma mais positiva.

O alargamento de 1986, que integrou Portugal e Espanha, ocupa uma posição intermédia nestas avaliações. Embora não seja, globalmente, o alargamento mais bem visto, recebe, ainda assim, um apoio substancial em todos os países. É de destacar o facto de ser encarado de forma especialmente positiva pelos próprios inquiridos de Portugal e Espanha (ambos com 40%), bem como da Bélgica (31%). Isto indica que o alargamento a sul é amplamente reconhecido como um caso de sucesso, embora não na mesma medida que as rondas anteriores.

Em contrapartida, as perceções sobre o alargamento de 2004 diferem significativamente de país para país. Embora o apoio seja relativamente baixo na maioria dos países da Europa Ocidental, é elevado na Polónia (39%), o que reflete o facto de a avaliação ter sido mais positiva entre os cidadãos dos próprios países que

aderiram nesta ronda de 2004. Este padrão evidencia a importância da experiência nacional na formação das percepções sobre o alargamento.

Em conjunto, estes resultados sugerem que as avaliações dos cidadãos sobre o alargamento da UE são condicionadas tanto pelas características dos novos Estados-membros como pelas perspetivas dos contextos nacionais dos inquiridos. Os alargamentos que envolveram democracias economicamente fortes tendem a ser encarados de forma mais positiva, enquanto as rondas de alargamento posteriores e mais complexas recebem avaliações mistas. O alargamento de 1986, que incluiu Portugal, é geralmente considerado um sucesso, embora não ocupe a primeira posição na hierarquia dos impactos positivos percebidos.

Os alargamentos que envolveram democracias economicamente fortes tendem a ser encarados de forma mais positiva, enquanto as rondas de alargamento posteriores e mais complexas recebem avaliações mistas.

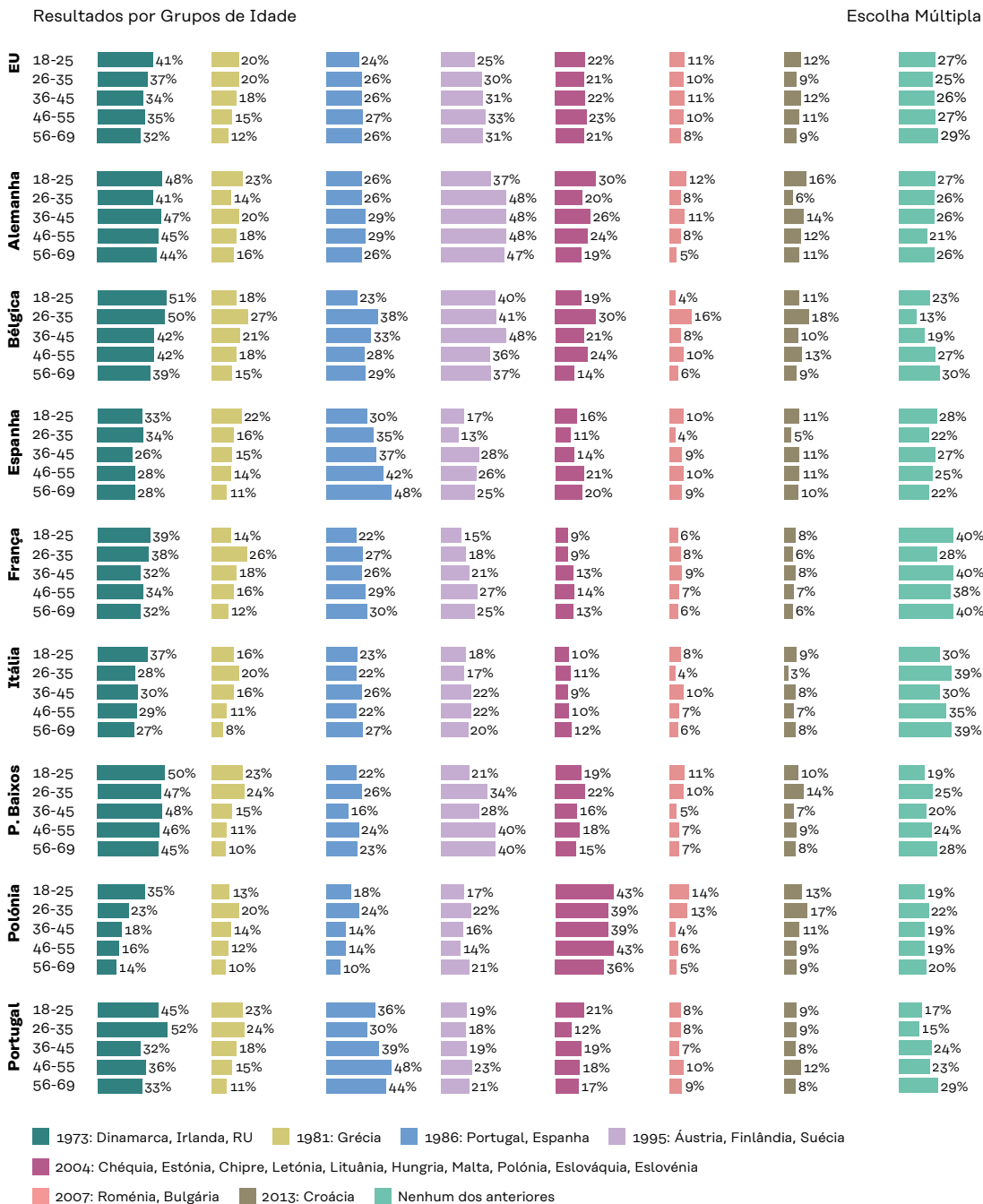
A introdução da variável etária acrescenta uma vertente importante a

esta análise. A figura 2 apresenta os resultados por faixa etária. Em toda a União Europeia, os inquiridos mais jovens tendem, de certa forma, a encarar os alargamentos anteriores, em particular a ronda de 1973, de forma mais positiva, com 41% dos inquiridos com idades

entre os 18 e os 25 anos a selecionarem esta opção, por comparação com 32% dos inquiridos com idades entre os 56 e os 69 anos. Isto sugere que as gerações mais jovens, que cresceram numa União Europeia já alargada e integrada, tenham maior tendência para interpretar o alargamento como um processo normal e benéfico da integração europeia.

Figura 2 Apoio às rondas de adesão à UE, por faixa etária

A UE começou com 6 países e cresceu para 28. Qual dos seguintes alargamentos considera que teve um impacto positivo na UE?



Ao mesmo tempo, o apoio ao alargamento de 1995 mantém-se consistentemente elevado em todos os grupos etários, o que indica uma percepção generalizada do seu sucesso, transcendendo as diferenças geracionais. Trata-se de uma tendência que pode refletir a natureza relativamente pouco controversa deste alargamento, o qual envolveu países economicamente avançados e com regimes democráticos consolidados, suscitando, por isso, menos preocupações relativamente à redistribuição ou à pressão institucional.

Em contrapartida, há diferenças geracionais, embora ténues, no que se refere ao alargamento de 1986. As avaliações da adesão de Portugal e de Espanha mantêm-se relativamente estáveis em todos os grupos etários, variando normalmente entre 24% e 27% ao nível da UE. Esta estabilidade é notável, pois sugere que o alargamento a sul se tornou parte de uma narrativa amplamente aceite da integração europeia, não sendo especialmente condicionada pela experiência vivida ou pelas memórias específicas de cada geração.

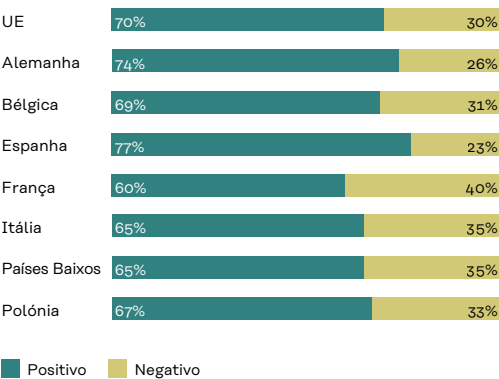
Curiosamente, os inquiridos mais jovens tendem a mostrar-se ligeiramente mais abertos a admitir a possibilidade de os alargamentos futuros terem um impacto positivo, enquanto as gerações mais velhas se mostram um pouco mais cautelosas. Este padrão reflete-se também na percentagem de inquiridos que selecionam «nenhuma das anteriores», que tende a ser marginalmente mais elevada entre as faixas etárias mais velhas. Estas diferenças são consoantes com as conclusões gerais da literatura, segundo as quais os cidadãos mais velhos são, por norma, mais sensíveis aos riscos percebidos associados ao alargamento, nomeadamente a concorrência económica e as pressões sobre as instituições nacionais. No entanto, em termos globais, as diferenças geracionais não alteram fundamentalmente a forma como os alargamentos anteriores foram percebidos. Em vez de gerar opiniões acentuadamente divergentes, a idade condiciona a intensidade do apoio e o grau de ceticismo.

AVALIAÇÃO DA ADESÃO DE PORTUGAL NUMA PERSPETIVA EUROPEIA

Passemos agora à questão central do presente relatório: como é que os cidadãos europeus avaliam a adesão de Portugal à União Europeia? Esta secção vai além das atitudes gerais em relação ao alargamento, para se centrar especificamente no caso da adesão de Portugal e compreender de que forma o seu impacto é percebido nos diferentes Estados-membros. A figura 3 sintetiza as respostas obtidas para esta questão.

Figura 3 Efeito da adesão de Portugal na UE

Considera que a adesão de Portugal à UE teve um impacto positivo ou negativo na UE?

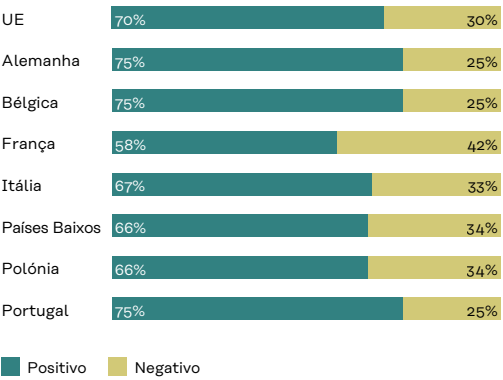


Em toda a União Europeia, 70% dos inquiridos consideram que a adesão de Portugal teve um impacto positivo na UE, contrastando com os 30% que têm uma opinião negativa.

De um modo geral, os resultados indicam que há uma avaliação claramente positiva da adesão de Portugal. Em toda a União Europeia, 70% dos inquiridos consideram que a adesão de Portugal teve um impacto positivo na UE, contrastando com os 30% que têm uma opinião negativa. Estes números sugerem que os europeus encaram Portugal como um caso positivo de alargamento. São equivalentes aos que se referem a Espanha, apresentados na figura 4: 70% concordam que a adesão de Espanha teve um impacto positivo na UE, e apenas 30% têm uma opinião negativa.

Figura 4 Efeito da adesão de Espanha à UE

Considera que a adesão de Espanha à UE teve um impacto positivo ou negativo na UE?



Dezembro 2025

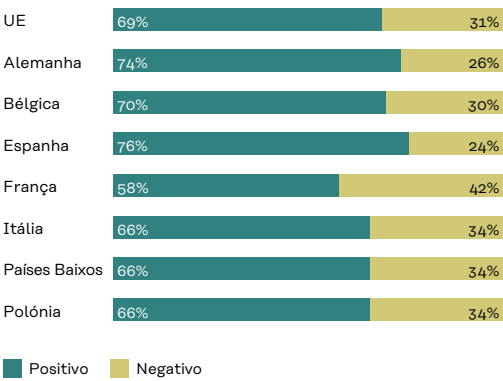
eupinions | what do you think?

Esta avaliação positiva é consistente em todos os países incluídos na análise. Na Alemanha (74%) e em Espanha (77%), o apoio é especialmente forte, indicando uma perceção generalizada de que a adesão de Portugal contribuiu positivamente para o desenvolvimento da União Europeia. Verificam-se níveis igualmente elevados de apoio na Bélgica (69%), na Polónia (67%), em Itália e nos Países Baixos (ambos com 65%). Mesmo em França, onde o ceticismo em relação à integração europeia tende a ser mais pronunciado nos últimos anos, há uma clara maioria (60%) que encara a adesão de Portugal de forma positiva. Mais uma vez, estes números são muito semelhantes aos relativos à Espanha.

Verifica-se um padrão semelhante quando se pede aos inquiridos que avaliem o impacto da adesão de Portugal no seu próprio país. Ao nível da UE, 69% consideram que o efeito foi positivo, enquanto 31% o consideraram negativo. A figura 5 sintetiza estes resultados. Mais uma vez, as avaliações positivas predominam em todos os países. A Alemanha (74%) e a Espanha (76%) destacam-se por serem particularmente favoráveis, enquanto a Bélgica (70%), a Itália (66%), os Países Baixos (66%) e a Polónia (66%) também apresentam fortes maiorias a favor. Conforme mostra a figura 6, estes resultados são equivalentes aos de Espanha.

Figura 5 Efeito da adesão de Portugal no país dos inquiridos

Considera que a adesão de Portugal à UE teve um impacto positivo ou negativo no seu país?



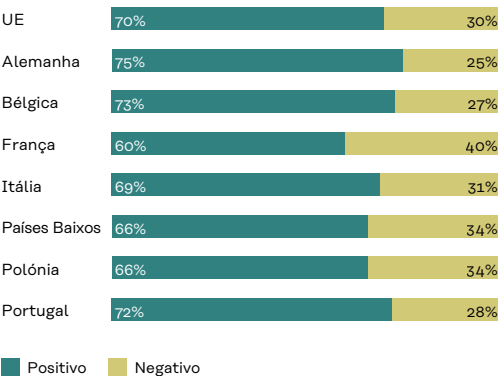
Dezembro 2025

eupinions | what do you think?

Estes resultados indicam que a adesão de Portugal é amplamente percecionada como um sucesso em toda a Europa.

Figura 6 Efeito da adesão de Espanha no país dos inquiridos

Considera que a adesão de Espanha à UE teve um impacto positivo ou negativo no seu país?



Dezembro 2025

eupinions | what do you think?

Embora a França volte a apresentar níveis de apoio comparativamente mais baixos (58%), mantém-se, ainda assim, no lado positivo da balança. Esta consistência em ambas as questões — impacto na UE e impacto no país dos inquiridos — sugere que a

adesão de Portugal não só é vista como benéfica em termos globais, mas também como tendo gerado vantagens tangíveis a nível nacional.

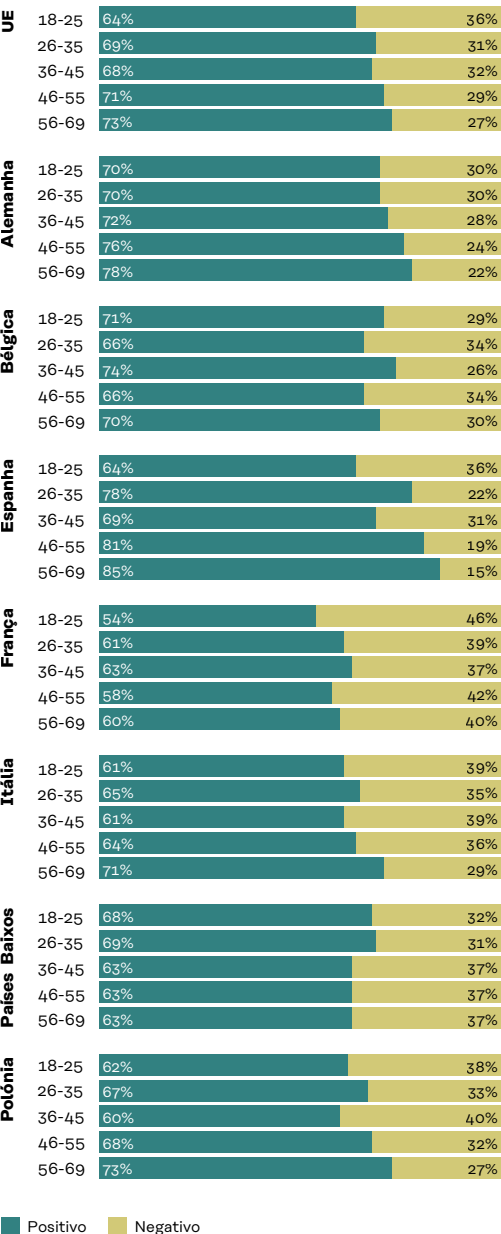
Estes resultados indicam que a adesão de Portugal é amplamente percecionada como um sucesso em toda a Europa. Embora a sua ronda de adesão não seja tão bem avaliada quanto as rondas anteriores, os seus efeitos são, ainda assim, percebidos pelos cidadãos europeus como claramente benéficos, tanto para a União Europeia no seu conjunto como para cada Estado-membro em particular.

A introdução da variável etária fornece uma perspetiva adicional sobre a forma como a adesão de Portugal é avaliada pelas várias gerações. Ao nível da UE, as avaliações positivas mantêm-se consistentemente elevadas em todos os grupos etários, embora se destaque um padrão claro. As figuras 7 e 8 mostram que os inquiridos mais velhos tendem a encarar a adesão de Portugal de forma mais favorável do que os mais jovens. Os padrões que se verificam no caso de Portugal são semelhantes aos da Espanha.

Figura 7 Efeito da adesão de Portugal na UE, por faixa etária

Considera que a adesão de Portugal à UE teve um impacto positivo ou negativo na UE?

Resultados por Grupos de Idade



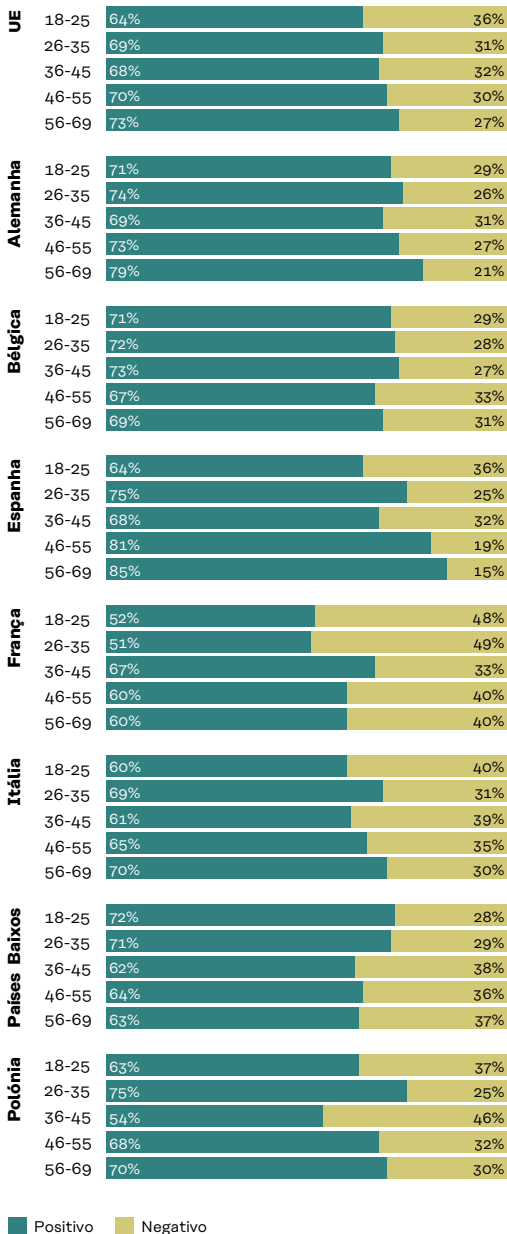
Dezembro 2025

eupinions | what do you think?

Figura 8 Efeito da adesão de Portugal no país dos inquiridos, por faixa etária

Considera que a adesão de Portugal à UE teve um impacto positivo ou negativo no seu país?

Resultados por Grupos de Idade



Dezembro 2025

eupinions | what do you think?

Entre os inquiridos com idades dos 18 aos 25 anos, 64% consideram que a adesão de Portugal teve um impacto positivo na UE, uma opinião que sobe para 73% entre os inquiridos

[...] embora a adesão de Portugal seja amplamente reconhecida como um sucesso por todas as gerações, as faixas etárias mais velhas expressam mais intensamente esta avaliação.

são mais ambivalentes. Em França, por exemplo, o apoio permanece comparativamente baixo em todos os grupos etários, variando

de 56 aos 69 anos. Observa-se um padrão semelhante ao avaliar a perceção sobre o impacto nos próprios países dos inquiridos, em que o apoio aumenta de 64% na faixa etária mais jovem para 73% na mais velha. Isto sugere que, embora a adesão de Portugal seja amplamente reconhecida como um sucesso por todas as gerações, as faixas etárias mais velhas expressam mais intensamente esta avaliação.

O gradiente geracional é especialmente evidente em países como a Alemanha e a Espanha. Na Alemanha, as avaliações positivas aumentam de cerca de 70% entre os inquiridos mais jovens para 78% na faixa etária mais velha. Em Espanha, o apoio aumenta de forma ainda mais acentuada, atingindo 85% entre as pessoas dos 56 aos 69 anos. Estes padrões indicam que, em países com trajetórias fortemente pró-europeias, as gerações mais velhas tendem a manifestar níveis de apoio especialmente elevados.

Em contrapartida, as diferenças geracionais são menos pronunciadas em países onde as avaliações globais

de 54% entre os inquiridos mais jovens a cerca de 60% entre as faixas etárias mais velhas.

O padrão observado — um apoio mais forte entre as faixas etárias mais velhas — contrasta com a dinâmica geracional observada com frequência nas atitudes gerais em relação à integração europeia, em que os inquiridos mais jovens tendem a mostrar-se mais favoráveis. Uma possível explicação é o facto de as gerações mais velhas serem mais suscetíveis de ter vivido, direta ou indiretamente, os efeitos transformadores das anteriores fases de alargamento, incluindo a consolidação democrática e o desenvolvimento económico associados à adesão de Portugal. Para estas faixas etárias, o alargamento pode estar mais estreitamente associado a progressos históricos tangíveis.

Os inquiridos mais jovens, pelo contrário, cresceram numa União Europeia já alargada, razão pela qual podem encarar esses desenvolvimentos como um processo natural. Assim, embora também sejam claramente positi-

vas, as suas avaliações tendem a mostrar-se menos pronunciadas e mais equilibradas.

Em geral, porém, as diferenças geracionais não alteram significativamente a avaliação positiva da adesão de Portugal. Em todos os grupos etários, o seu impacto é favoravelmente apre-

Os inquiridos mais jovens, pelo contrário, cresceram numa União Europeia já alargada, razão pela qual podem encarar esses desenvolvimentos como um processo natural.

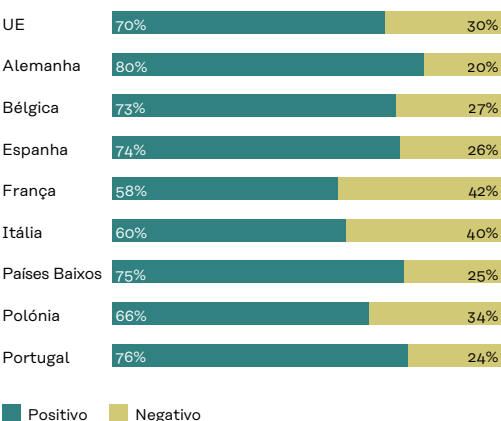
ciado por clara maioria, o que reforça a conclusão de que, em toda a sociedade europeia, a adesão de Portugal é amplamente considerada um caso de sucesso do alargamento da UE. Embora não apresentemos aqui os dados equivalentes de Espanha, o padrão é semelhante.

AVALIAÇÕES DA ADESÃO DO PAÍS DOS INQUIRIDOS

Vejamos agora as avaliações retrospectivas dos cidadãos sobre a adesão do seu próprio país à União Europeia. Os dados obtidos sobre esta questão abrem uma perspetiva importante sobre a forma como o alargamento é avaliado não em abstrato, mas perante experiências nacionais concretas. A figura 9 revela uma avaliação global consistentemente positiva, embora com variações significativas entre países e dimensões políticas.

Figura 9 Efeito da adesão à UE do país dos inquiridos

Considera que a adesão do seu país à UE teve um impacto positivo ou negativo na UE?



Dezembro 2025

eupinions | what do you think?

Em toda a União Europeia, uma clara maioria dos inquiridos considera que a adesão do seu país teve um impacto positivo na UE. Em média, 70% dos inquiridos partilham esta opinião, ao passo que 30% consideram que o impacto foi negativo. Isto sugere que o alargamento da UE é amplamente percecionado como um processo que reforça a União no seu conjunto.

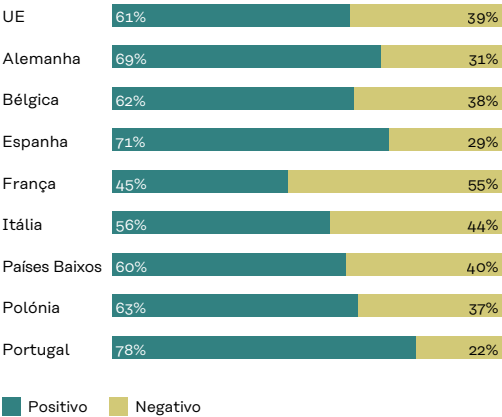
A nível nacional, as avaliações positivas predominam em todos os casos. A Alemanha (80%), Portugal (76%), Espanha (74%) e os Países Baixos (75%) destacam-se pelas suas avaliações especialmente positivas, enquanto a França (58%) e a Itália (60%) se mostram comparativamente mais cétricas, ainda que globalmente positivas. Em geral, estes resultados indicam que, apesar de a imposição de limites ao alargamento ser um tema recorrente de debate político, a maioria dos cidadãos reconhece a contribuição da adesão do seu próprio país para o desenvolvimento da UE.

Quando se analisa o impacto da adesão à UE na democracia de cada país, as avaliações continuam a ser positivas, embora um pouco mais diferenciadas (ver figura 10). Ao nível da UE, 61% dos inquiridos consideram que a adesão teve um efeito positivo na democracia no seu país, enquanto 39% têm uma opinião negativa.

Portugal destaca-se por níveis de apoio especialmente elevados, com 78% dos inquiridos a considerarem a adesão à UE benéfica para a democracia.

Figura 10 Efeito da adesão do próprio país na democracia

Considera que a adesão do seu país à UE teve um impacto positivo ou negativo na democracia no seu país?



Dezembro 2025

eupinions | what do you think?

Portugal destaca-se por níveis de apoio especialmente elevados, com 78% dos inquiridos a considerarem a adesão à UE benéfica para a democracia. Observam-se níveis igualmente elevados em Espanha (71%) e na Alemanha (69%). Estes resultados são consistentes com o papel histórico da adesão à UE na consolidação das instituições democráticas na Europa do Sul.

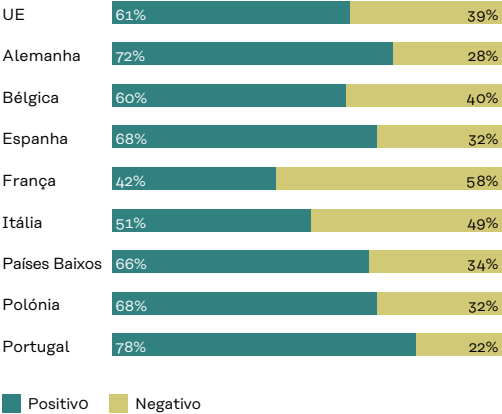
Em contrapartida, a França constitui uma assinalável exceção: a maioria dos inquiridos (55%) considera que a adesão teve um impacto negativo na democracia, o que faz deste país o único da amostra onde as avaliações negativas superam as positivas. A Itália (56% de avaliações positivas) e os Países Baixos (60%) ocupam posições intermédias, o que sugere uma avaliação mais ambivalente.

Estas conclusões evidenciam que, embora a adesão à UE seja geralmente associada a benefícios democráticos, esta perceção não é uniforme entre os Estados-membros.

Quanto às avaliações relativas aos impactos económicos, surge um padrão semelhante. A figura 11 mostra que, em toda a UE, 61% dos inquiridos acreditam que a adesão teve um impacto positivo na economia do seu país, enquanto 39% têm uma opinião negativa.

Figura 11 Efeito da adesão do país dos inquiridos na economia nacional

Considera que a adesão do seu país à UE teve um impacto positivo ou negativo na economia do seu país?



Dezembro 2025

eupinions | what do you think?

Mais uma vez, Portugal destaca-se, com 78% dos inquiridos a referirem um impacto económico positivo. Também se registam avaliações fortemente positivas na Alemanha (72%), na Polónia (68%) e em Espanha (68%), indicando um reconhecimento generalizado dos benefícios económicos associados à adesão à UE.

[...] os benefícios económicos da adesão à UE não são percecionados de forma igual em todos os Estados-membros, o que pode ser influenciado por desenvolvimentos económicos mais recentes.

No entanto, os impactos económicos são mais contestados em alguns países. Em França, a maioria dos inquiridos (58%) perceciona um impacto económico negativo da adesão, enquanto a Itália (51% positivos contra 49% negativos) divide a opinião pública quase equitativamente. Estes padrões sugerem que os benefícios económicos da adesão à UE não são percecionados de forma igual em todos os Estados-membros, o que pode ser influenciado por desenvolvimentos económicos mais recentes.

A introdução da variável etária acrescenta uma perspetiva importante a estas conclusões. Nas três dimensões — impacto na UE (figura 12), na democracia (figura 13) e na economia (figura 14) —, as avaliações mantêm-se, em geral, positivas em todos os grupos etários.

Figura 12 Efeito da adesão do país dos inquiridos na UE, por faixa etária

Considera que a adesão do seu país à UE teve um impacto positivo ou negativo na UE?

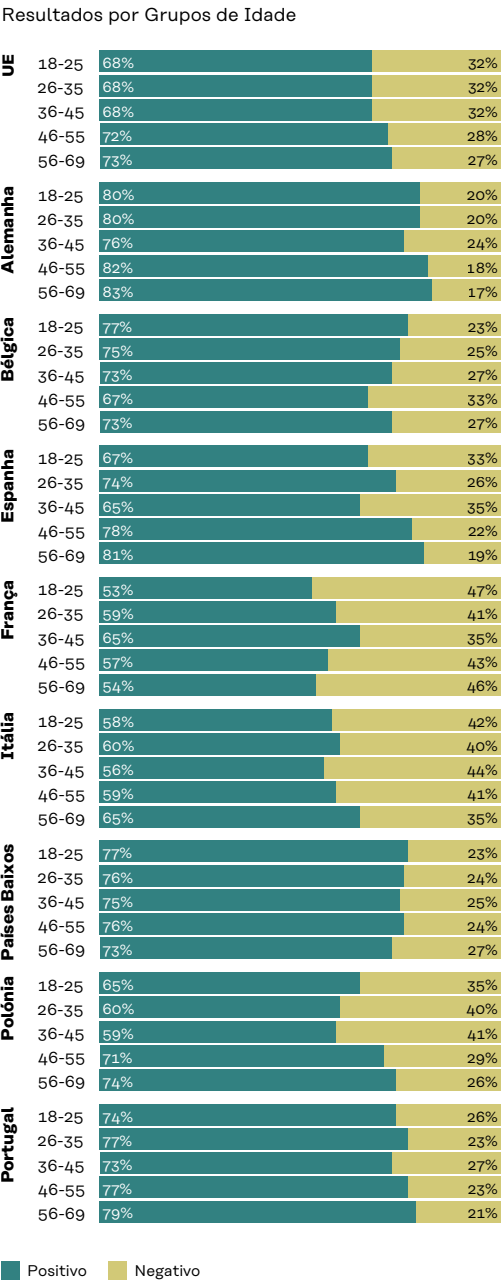
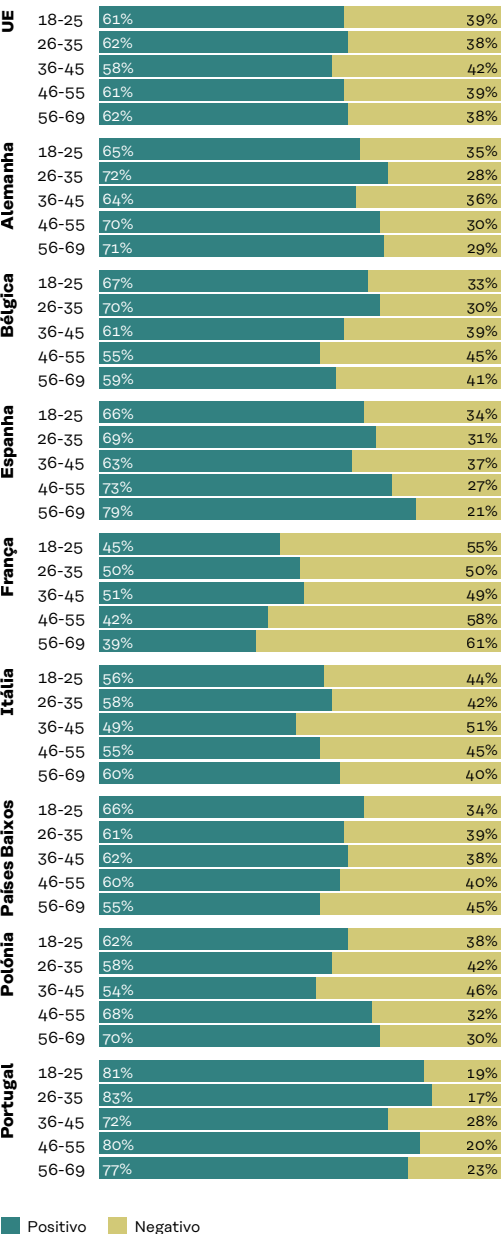


Figura 13 Efeito da adesão do país dos inquiridos na democracia, por faixa etária

Considera que a adesão do seu país à UE teve um impacto positivo ou negativo na democracia no seu país?

Resultados por Grupos de Idade



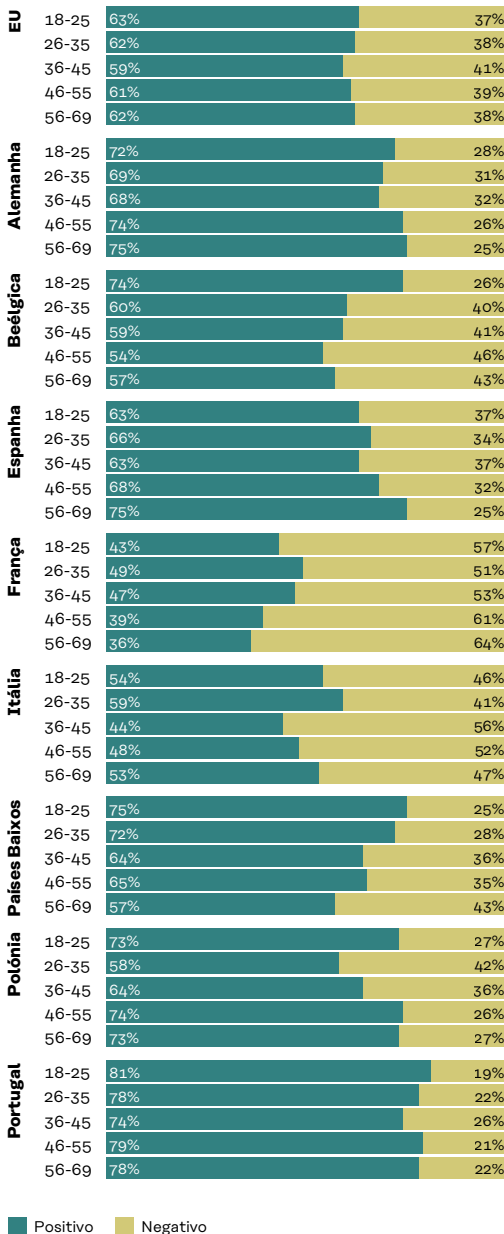
Dezembro 2025

eupinions | what do you think?

Figura 14 Efeito da adesão do país dos inquiridos na economia, por faixa etária

Considera que a adesão do seu país à UE teve um impacto positivo ou negativo na economia do seu país?

Resultados por Grupos de Idade



Dezembro 2025

eupinions | what do you think?

Ao nível da UE, as avaliações positivas do impacto da adesão à União aumentam de cerca de 68% entre os inquiridos mais jovens (18-25 anos) para 73% entre os inquiridos dos 56 aos 69 anos. Observa-se um padrão semelhante quando os inquiridos avaliam o impacto no seu próprio país, com a aprovação a aumentar de cerca de 64% na faixa etária mais jovem para 66% na mais velha. Embora estas diferenças não sejam significativas, sugerem um aumento gradual da atitude positiva entre os diferentes grupos etários.

Trata-se de um padrão ainda mais pronunciado nos dados a nível nacional. Na Alemanha e em Espanha, por exemplo, os inquiridos mais velhos manifestam consistentemente níveis mais elevados de aprovação em todas as dimensões, sobretudo no que se refere aos benefícios económicos e políticos da adesão à UE. Em Espanha, as avaliações económicas positivas aumentam de 63% entre os inquiridos mais jovens para 75% entre os mais velhos, enquanto na Alemanha a aprovação atinge os 75% entre as faixas etárias mais velhas. Da mesma forma, em Portugal, as avaliações positivas mantêm-se muito elevadas em todas as faixas etárias, embora sejam ligeiramente mais pronunciadas entre os inquiridos mais jovens na dimensão económica, o que sugere uma perceção de sucesso amplamente generalizada.

Em contrapartida, em países onde as avaliações globais são mais ambivalentes, como a França e a Itália, as diferenças geracionais tendem a reforçar o ceticismo existente, em vez de o reverter. Em França, as avaliações económicas negativas continuam a ser dominantes em todas as faixas etárias e, embora os inquiridos mais jovens sejam um pouco menos críticos, nenhuma faixa etária expressa uma maioria claramente positiva. Isto sugere que o contexto nacional é o principal fator determinante das atitudes, com a idade a desempenhar um papel secundário e moderador.

O facto de, tendencialmente, as faixas etárias mais velhas avaliarem a adesão de forma mais positiva contrasta com os padrões observados nas atitudes gerais em relação à integração europeia, em que as gerações mais jovens são frequentemente mais favoráveis. Uma explicação possível é que os inquiridos mais velhos sejam mais propensos a recordar, direta ou indiretamente, os benefícios a longo prazo associados à adesão, incluindo a convergência económica e a consolidação democrática. Para as gerações mais jovens, estes benefícios podem ser tomados por garantidos, resultando em avaliações ligeiramente menos pronunciadas, embora ainda claramente positivas.

De um modo geral, mais uma vez, as diferenças geracionais afetam a

intensidade do grau de aprovação, e não a sua orientação. Em todas as faixas etárias, a adesão do país dos inquiridos é maioritariamente encarada de forma positiva, o

que reforça a conclusão de que o alargamento da UE é amplamente considerado um processo histórico bem-sucedido em toda a sociedade europeia. A França continua a ser uma assinalável exceção a estes padrões, uma vez que os seus cidadãos encaram o alargamento com mais ceticismo do que a média da UE ou do que cada um dos restantes países.

Globalmente, os resultados indicam que a avaliação retrospectiva da adesão à UE é largamente positiva em toda a Europa.

Globalmente, os resultados indicam que a avaliação retrospectiva da adesão à UE é largamente positiva em toda a Europa. Embora a contribuição da adesão para a União Europeia no seu

conjunto seja amplamente reconhecida, as perceções do seu impacto interno, particularmente nos domínios da democracia e da economia, são mais diferenciadas. Portugal destaca-se como um caso de adesão avaliado positivamente em todas as dimensões, o que reforça o argumento de que o país é amplamente percecionado como uma história de sucesso do alargamento da UE.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados empíricos apresentados neste relatório criam uma oportunidade para revisar as expectativas teóricas apresentadas no início. Em termos gerais, os resultados evidenciam a importância das avaliações retrospectivas e da experiência vivida.

Os alargamentos que integraram na UE países economicamente avançados e politicamente estáveis, como os de 1973 e 1995, são mais frequentemente considerados bem-sucedidos, enquanto as rondas posteriores, mais complexas, recebem avaliações mais cautelosas.

Em primeiro lugar, os resultados corroboram a expectativa de que o alargamento seja avaliado numa perspetiva de custo-benefício. As diferenças na avaliação de cada uma das rondas de adesão sugerem que os cidadãos distinguem entre os casos

consoante as consequências económicas e institucionais percebidas. Os alargamentos que integraram na UE países economicamente avançados e politicamente estáveis, como os de 1973 e 1995, são mais frequentemente considerados bem-sucedidos, enquanto as rondas posteriores, mais complexas, recebem avaliações mais cautelosas. Este padrão é consistente com as teorias materialistas da opinião pública, segundo as quais o apoio à integração europeia depende sobretudo dos ganhos e dos riscos económicos percebidos.

Em segundo lugar, os resultados sublinham o papel dos fatores de ponderação políticos. A percentagem relativamente elevada de inquiridos que não encaram nenhum alargamento como sendo claramente positivo indica que as preocupações quanto à capacidade da União Europeia para integrar novos membros continuam a ocupar um lugar de destaque. Ao mesmo tempo, a avaliação globalmente positiva da adesão de Portugal sugere que o alargamento é apoiado quando está associado à estabilização política e à consolidação institucional. Neste sentido, é possível que o alargamento não seja apenas avaliado consoante os resultados económicos, mas também consoante a sua contribuição para o desenvolvimento democrático e o funcionamento da União.

Em terceiro lugar, os fatores relacionados com a identidade e as atitudes mais amplas em relação à integração europeia continuam a condicionar a forma como o alargamento é percebido. As diferenças entre países, nomeadamente as opiniões mais céticas observadas em França, indicam que os contextos nacionais e as respetivas orientações em relação à UE influenciam a forma como os cidadãos avaliam os alargamentos anteriores. Assim, o alargamento insere-se em debates mais abrangentes sobre o rumo e os limites da integração europeia.

Mais importante ainda, porém, as conclusões destacam o papel central das avaliações retrospectivas. Os cidadãos não avaliam o alargamento em termos abstratos, antes parecem basear-se em experiências concretas e/ou narrativas historicamente enraizadas. O caso de Portugal ilustra esta dinâmica com particular clareza: embora a sua adesão não seja a mais enaltecida, é, no entanto, consistentemente reconhecida como um sucesso em todos os países e por todas as gerações. Isto sugere que os resultados positivos a longo prazo, tais como a convergência económica e a consolidação democrática, podem abrir caminho a um apoio público duradouro.

Os padrões observados entre as várias faixas etárias reforçam ainda mais

esta interpretação. As faixas etárias mais velhas, com maior probabilidade de terem vivido ou interiorizado os efeitos transformadores das fases de alargamento anteriores, tendem a avaliar a adesão de forma mais positiva. Os inquiridos mais jovens, em contrapartida, mostram-se um pouco mais abertos ao alargamento em geral, mas expressam avaliações menos pronunciadas sobre casos específicos. Esta distinção aponta para uma diferença significativa entre o alargamento enquanto projeto político voltado para

o futuro e o alargamento enquanto experiência com raízes históricas.

No seu conjunto, os resultados sugerem que as atitudes do público em relação ao alargamento não são determinadas por um fator único, resultando da interação de vários fatores e experiências. Compreender esta interação é fundamental para interpretar a opinião pública atual e para antecipar a forma como os europeus poderão reagir a futuras iniciativas de alargamento.

CONCLUSÃO: UM ALARGAMENTO BEM-SUCEDIDO, EMBORA NÃO O MAIS MARCANTE

Quarenta anos após a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, este relatório fornece uma resposta clara a uma questão central: como é que os cidadãos europeus avaliam os alargamentos passados e, em particular, o caso de Portugal? Os resultados indicam que essa avaliação é globalmente positiva, mas revelam também variações significativas, que são relevantes para os debates atuais sobre o futuro da integração europeia.

Em primeiro lugar, as atitudes em relação ao alargamento em geral continuam a ser cautelosamente positivas. Embora as fases de alargamento que integraram países economicamente avançados sejam as que recebem avaliações mais marcadamente positivas, o panorama geral sugere que o alargamento continua a gozar de um certo grau de legitimidade pública. Ao mesmo tempo, a percentagem relativamente elevada de inquiridos

que não classificam nenhum alargamento como claramente positivo indica que o apoio não é incondicional e que os futuros alargamentos são um potencial objeto de discórdia.

Em segundo lugar, a adesão de Portugal é largamente percebida como bem-sucedida em toda a Europa.

A maioria dos inquiridos europeus considera positivo o seu impacto tanto na União Europeia como nos seus próprios países. Isto confirma a narrativa de Portugal como um caso de sucesso no que se refere à consolidação democrática e ao desenvolvimento económico no seio da UE. Apesar disso, a adesão de Portugal, juntamente com a de Espanha, ocorrida em 1986, não está no topo das classificações positivas, antes ocupando uma posição intermédia face a outras rondas de adesão.

Em terceiro lugar, os padrões observados nas atitudes de cada geração dão-nos informações importantes sobre a forma como estas avaliações se formam. Enquanto os inquiridos mais jovens tendem a ser ligeiramente mais abertos ao alargamento em geral, as faixas etárias mais velhas expressam consistentemente avaliações mais positivas sobre experiências concretas de adesão, tanto no caso de Portugal como nos dos próprios países dos inquiridos. Isto sugere que a experiência vivida e a perspectiva

histórica desempenham um papel fundamental na definição das atitudes em relação ao alargamento.

Globalmente, estes resultados têm implicações relevantes para os debates atuais sobre o alargamento. Num momento em que a União Europeia pondera realizar um novo alargamento que inclua países como a Ucrânia, a Moldávia e os Balcãs Ocidentais, a opinião pública é essencial para aferir a viabilidade política do projeto. O caso de Portugal demonstra que o alargamento pode, com o tempo, vir a ser amplamente reconhecido como benéfico. No entanto, mostra também que esse reconhecimento pode não se traduzir num apoio imediato ou incondicional a novas rondas de adesão.

Para que o alargamento continue a ser uma opção política credível, terá de ser contextualizado e promovido não só enquanto necessidade estratégica, mas também como motor de benefícios tangíveis, quer para os Estados-membros atuais, quer para os futuros. O sucesso dos alargamentos passados, incluindo o de Portugal, constitui uma referência inestimável, mas não garante automaticamente o apoio no futuro. Compreender a forma como os europeus interpretam as experiências do passado é, portanto, essencial para definir o próximo capítulo da integração europeia.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Christopher J., e M. Shawn Reichert (1995) «Economic Benefits and Support for Membership in the EU: A Cross-National Analysis.» *Journal of Public Policy* 15.3: 231-249.

CAREY, Sean (2002) «Undivided Loyalties: Is National Identity an Obstacle to European Integration?» *European Union Politics* 3.4: 387-413.

Comissão Europeia (2024) Commission adopts 2024 Enlargement Package. Disponível em: [link](#) (Consultado: 8 de abril de 2026).

Comissão Europeia (2024) Ninth Report on Economic, Social and Territorial Cohesion. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Disponível em: [link](#) (Consultado: 8 de abril de 2026).

DE VRIES, Catherine E. (2018) *Euroscepticism and the Future of European Integration*. Oxford: Oxford University Press.

DE VRIES, Catherine E., e Erica E. Edwards (2009) «Taking Europe to its Extremes: Extremist Parties and Public Euroscepticism.» *Party Politics* 15.1: 5-28.

DOYLE, Orla, e Jan Fidrmuc (2006) «Who Favors Enlargement?: Determinants of Support for EU Membership in the Candidate Countries' Referenda.» *European Journal of Political Economy* 22.2: 520-543.

GABEL, Matthew Joseph (2009) *Interests and Integration: Market Liberalization, Public Opinion, and European Union*. University of Michigan Press.

GABEL, Matthew, e Harvey D. Palmer (1995) «Understanding variation in public support for European integration.» *European Journal of Political Research* 27.1: 3-19.

HOBOLT, Sara B. (2016) «Ever Closer or Ever Wider? Public Attitudes towards Further Enlargement and Integration in the European Union.» *The European Union: Integration and Enlargement*. Abingdon e Nova Iorque: Routledge. 22-38.

HOBOLT, Sara B., e Catherine E. De Vries (2016) «Public Support for European Integration.» *Annual Review of Political Science* 19.1: 413-432.

HOOGHE, Liesbet, e Gary Marks (2005) «Calculation, Community and Cues: Public Opinion on European Integration.» *European Union Politics* 6.4: 419-443.

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2016) 30 years of Portugal in the European Union: 1986-2015. Disponível em: [link](#) (Consultado: 8 de abril de 2026).

MCLAREN, Lauren M. (2002) «Public Support for the European Union: Cost/Benefit Analysis or Perceived Cultural Threat?» *The Journal of Politics* 64.2: 551-566.

NISSEN, Sylke (2003) «Who Wants Enlargement of the EU? Support for Enlargement among Elites and Citizens in the European Union.» *Sociologický Časopis/Czech Sociological Review*: 757-772.

PRIDHAM, Geoffrey (1991) *Encouraging Democracy: The International Context of Regime Transition in Southern Europe*. Leicester: Leicester University Press.

ROHRSCHEIDER, Robert (2002) «The Democracy Deficit and Mass Support for an EU-Wide Government.» *American Journal of Political Science* 46: 463-475.

ROYO, S. (2007) «Lessons from the integration of Spain and Portugal in the European Union», *PS: Political Science & Politics*, 40.4: 689-693. Disponível em: [link](#) (Consultado: 8 de abril de 2026).

SCICLUNA, N. (2025) «Framing Enlargement after the Russian Invasion of Ukraine», *Journal of European Public Policy* 32.12: 3034-3058. Disponível em: [link](#) (Consultado: 8 de abril de 2026).

TIMUŞ, Natalia (2006) «The Role of Public Opinion in European Union Policy Making: The Case of European Union Enlargement.» *Perspectives on European Politics and Society* 7.3: 336-347.

TOSHKOV, Dimitar, Elitsa Kortenska, Antoaneta Dimitrova e Adam Fagan (2014) «The 'Old' and the 'New' Europeans: Analyses of Public Opinion on EU Enlargement in Review.» MAXCAP Working Paper No. 2. Berlin: Freie Universität Berlin.

TUCKER, Joshua A., Alexander C. Pacek e Adam J. Berinsky (2002) «Transitional Winners and Losers: Attitudes toward EU Membership in Post-Communist Countries.» *American Journal of Political Science* 46.3: 557-571.

SOBRE A AUTORA

Catherine E. De Vries

Professora de Ciência Política na School of Politics, Economics and Global Affairs (SPEGA) da IE University, em Madrid. Foi professora na Universidade de Oxford, na Universidade Bocconi, em Milão, e na Vrije Universiteit Amsterdam, tendo ainda sido professora visitante na Universidade da Califórnia (UCLA). Especialista em política europeia, é autora de várias obras, uma das

quais classificada pelo *Financial Times* como um dos cinco melhores livros sobre o futuro da Europa. É membro do Comité de Integração Europeia do Conselho Consultivo Neerlandês para os Assuntos Internacionais e integra o Conselho de Curadores da Hertie School of Governance, em Berlim. Em 2013, foi distinguida como Young Global Leader pelo Fórum Económico Mundial, reconhecendo-se o impacto social do seu trabalho.



BARÓMETROS
DA FUNDAÇÃO